

Entre cognição e discurso: estereótipos de gênero, mulher e política

In between cognition and discourse:
gender stereotypes, woman and politics

Entre cognición y discurso:
estereotipos de género, mujeres y política

Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Brasil)

RESUMO

O presente artigo propõe analisar uma expressão que vem se destacando no cenário político nacional, especialmente: “ELA É (UM) [Np masculino] DE SAIA(S)”, como em “Bolsonaro de saias”, em referência à deputada federal Joice Hasselmann. A análise assenta-se na articulação entre discurso e cognição a partir da categoria dos pré-discursos (PAVEAU, 2013a), concebida como quadros partilhados de crenças, saberes e práticas que informam os discursos, tanto para produção quanto para interpretação. Articulada a uma reflexão em torno dos estereótipos de gênero como enquadres primários (primary frames) (RIDGEWAY, 2009), a análise aponta para uma construção da representação do feminino na política brasileira fortemente atrelada ao universo masculino, reforçando, ao fim e ao cabo, a dualidade entre público e privado, segundo a qual à mulher caberia este último espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-discursos; Memória cognitivo-discursiva; Metáfora; Estereótipos de gênero; Política.

* Sobre a autora ver página 188.



ABSTRACT

This paper intends to analyse an expression that has stood out in the Brazilian political scene especially: “SHE IS (A) [male Pn] IN SKIRT(S)”, as in “she is a Bolsonaro in skirts”, referring to the Brazilian congresswoman Joice Hasselmann. The analysis are based on the articulation between discourse and cognition as proposed by the category of pre-discourses (PAVEAU, 2013a), conceived as shared frames of beliefs, knowledge and practices that inform discourses both in producing and interpreting meanings. Articulated with considerations on gender stereotypes as primary frames (RIDGEWAY, 2009), the analysis point to the construction of feminine representation in the Brazilian politics strongly connected to the male universe, reinforcing, thus, the duality between public and private spaces, which relegate women to the latter.

KEYWORDS: *Pre-discourses; Cognitive-discursive memory; Metaphor; Gender stereotypes; Politics.*

RESUMEN

Este artículo propone analizar una expresión que se ha destacado en el escenario político nacional, especialmente: “ES (UNO) [Np] EN FALDA (S)”, como en “Bolsonaro en falda”, en referencia al diputado federal Joice Hasselmann. . El análisis se basa en la articulación entre discurso y cognición desde la categoría de pre-discursos (PAVEAU, 2013a), concebidos como marcos compartidos de creencias, conocimientos y prácticas que informan los discursos, tanto para la producción como para la interpretación. Articulado a una reflexión en torno a los estereotipos de género como encuadres primarios (RIDGEWAY, 2009), el análisis apunta a una construcción de la representación de lo femenino en la política brasileña fuertemente ligada al universo masculino, reforzando, después de todo, la dualidad entre lo público y lo privado, según la cual encajaría este último espacio.

PALABRAS CLAVE: *Pre-discursos; Memoria cognitivo-discursiva; Metáfora; Estereotipos de género; Política.*

1 Introdução

A Análise do Discurso, historicamente, sempre se preocupou com a relação entre os discursos e os lugares sociais a partir dos quais eles são enunciados. Nesse sentido, como destaca Possenti (2002), os dados iniciais com os quais os analistas trabalhavam originavam-se, frequentemente, se não exclusivamente, de discursos mais institucionalizados, que tinham por função essencial “possibilitar maior êxito inicial à teoria” (POSSENTI, 2002, p. 29). Isso não significava — ou ao menos não deveria significar — que outros dados não pudessem ser utilizados, como dados de conversação ordinária, por exemplo. Possenti (2002) defende, então, que, estabelecida a teoria, é recomendável que os analistas optem pelo que chama de dados cruciais, isto é, aqueles dados que “põe(m) à prova uma teoria” (p. 30). Olhar para esses dados

pode colocar questões novas à teoria ou, minimamente, reforçar suas teses centrais, expandindo seus domínios.

Em certa medida, este é um esforço empreendido por Marie-Anne Paveau em suas recentes publicações. Paveau (2013a) aponta que sua proposta visa a dar conta de dados provenientes tanto de discursos mais ordinários quanto daqueles mais institucionalizados. Mas o que está em sua mira, do ponto de vista teórico, é, afinal, a questão do sujeito.

Paveau (2013a) investe sobre aquilo a que se denomina nas ciências da linguagem em geral de “conhecimento partilhado” a fim de lhe dar um estatuto teórico mais preciso em AD. Para tanto, propõe uma articulação com uma certa vertente da cognição social (a cognição distribuída), que lhe parece “apta a enriquecer e talvez renovar as práticas da análise que começam talvez a esgotar suas possibilidades” (PAVEAU, 2013a, p. 9). Ao dotar a Análise do Discurso dessa dimensão cognitiva, a autora concebe um sujeito (ou locutor, como usa mais amiúde) mais agentivo, como ser verá adiante, sem que isso signifique, contudo, o apagamento do aspecto ideológico.

Dito isso, este artigo pretende, modestamente, contribuir com essa discussão a partir da análise de um pequeno conjunto de dados que circulou no período das eleições de 2018 (e um pouco depois), seguindo a proposta de Paveau que articula cognição e discurso a partir da categoria dos pré-discursos. Os dados coletados tocam a questão da representação do feminino no espaço político brasileiro, tema que vem suscitando diversos debates na contemporaneidade.

Faço, para começar, uma apresentação relativamente breve da proposta de Paveau (2013a) para, em seguida, realizar a análise propriamente dita.

2 A proposta dos pré-discursos: breve síntese

Paveau (2013a) destaca, logo de partida, que

uma questão crucial se (re)coloca atualmente em ciências humanas, que concerne aos dois domínios do discurso e da cognição e engaja fortemente sua definição tanto teórica quanto epistemológica: a natureza do sujeito, suscetível de renascer das cinzas do estruturalismo como da crítica do objetivismo neurobiológico [...]. (PAVEAU, 2013a, p. 10-11).

Para a autora, contribuições mútuas entre a Análise do Discurso e a Cognição Social podem produzir avanços a esse respeito, na medida em que ela julga ser necessário um esclarecimento maior a respeito da natureza e do modo de articulação com o discurso que os “conhecimentos prévios” apresentam. Trata-se, em suas palavras, de um tipo de anterioridade bastante tematizada nas pesquisas em ciências da linguagem, mas que, embora frequentemente postulada, raramente é descrita, à exceção do que faz a versão mentalista da cognição, que já há bastante tempo se vale de conceitos como os de frame, esquema e script para dar conta de descrever o modo como estruturas mentais negociam a relação do sujeito com o mundo (PAVEAU, 2013a, p. 22).

Assim, a categoria dos pré-discursos proposta por Paveau (2013a) caracteriza-se por fazer referência a esses dados “anteriores à formulação da linguagem, de ordem perceptiva e representacional, mas pré-configurados pela dimensão linguística e sobre os quais se apoiam os mecanismos de produção linguageira” (PAVEAU, 2013a, p. 12). É preciso, contudo, destacar já de partida aquilo que os pré-discursos não são:

- não são os discursos produzidos antes, mas as anterioridades do discurso (PAVEAU, 2013a, p. 20);
- não estão situados “fora” da linguagem (ou mesmo dos discursos), uma vez que indicam que “o locutor dispõe de informações prévias, tratadas e estocadas antes de produzir discursos” (PAVEAU, 2013a, p. 20);
- não são provérbios, cristalizações, frases feitas, pré-construídos, pressuposições ou implícitos;
- não são uma categoria cognitiva: trata-se de uma categoria discursiva com uma dimensão cognitiva.

Portanto, a questão posta a partir dos pré-discursos é que há “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso” (PAVEAU, 2013a, p. 130). Tais quadros apresentam-se como pré-discursivos, ainda que sejam construídos e/ou negociados no discurso. Além disso, a partir dessa noção, Paveau pretende olhar especialmente para aqueles dados mais sociais e culturais do que propriamente para os ideológicos ou políticos — como enfatizam, por exemplo, as categorias “clássicas” da Análise do Discurso. Um exemplo sintético do que Paveau compreende como pré-discurso é dado pela própria autora em outro texto:

Tome-se a expressão “É Beirute!”, na qual o topônimo deixa de ser um (Beirute não significa “a cidade de Beirute”), e se torna o significante do caos da guerra civil e da destruição urbana. Para apreender o sentido e o funcionamento desse segmento, se fez necessário convocar a noção de memória discursiva: como compreender, de fato, essa expressão, fora da “autoridade” da memória, como afirmava Lecomte, que decide sobre o sentido e sua contextualização? Porém é igualmente necessária uma convocação à noção de enquadre cognitivo exterior: formulo, de fato, a expressão “É Beirute” em um ambiente físico, cultural e histórico particular, necessário à minha formulação e a compreensão dessa formulação; os recursos semânticos internos do segmento (meu léxico interior) não são suficientes para sua interpretação. [...]

Quando eu ouço “É Beirute”, todo um universo semântico é ativado e ouço, claramente, que Beirute não é mais em Beirute e que a cidade em ruínas diante de mim ou mesmo o quarto em desordem de um adolescente são designados por um nome que é aquele mesmo de outro caos, considerado como a melhor referência possível no contexto. Mas como esses conhecimentos chegaram até mim e, sobretudo, como eles são ativados por esse simples nome próprio? (PAVEAU, 2013b, p. 147-149; grifo nosso).

Com esse exemplo, Paveau mostra que, de fato, a referência a Beirute implica um conjunto de informações (de natureza enciclopédica ou estereotípica) que são transmitidas via memória e que são mobilizadas ativamente pelos sujeitos/locutores tanto para a produção quanto para a interpretação dos discursos. É necessário que haja, por exemplo, no ambiente (isto é, “na cabeça” do indivíduo e também “no mundo” e nos instrumentos cognitivos) informações a respeito da história do Líbano para que essa referência funcione — por isso também o questionamento final, que aponta para a questão da transmissibilidade.

A dimensão cognitiva adotada por Paveau intenta, assim, dar conta dos “processos de construção de conhecimentos e sua configuração no discurso a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais” (PAVEAU, 2013a, p. 9). A partir da articulação com a perspectiva da cognição distribuída — que assume a construção e a transmissão de informações não apenas “através dos saberes e competências retidas na ‘cabeça’ dos indivíduos, ou em seu ambiente sociocultural (‘no mundo’), mas inscritos nos instrumentos cognitivos, ou seja nos artefatos como o bloco de notas, por exemplo” (PAVEAU, 2013, p. 33-34) — a autora irá definir os pré-discursos a partir de seis propriedades: i) coletividade; ii) imaterialidade; iii) transmissibilidade; iv) experiencialidade; v) intersubjetividade; vi) discursividade.

Os quadros pré-discursivos são coletivos, em termos de partilha, mas sua apropriação é individual. Nesse sentido, eles são fruto de “uma coelaboração entre cognição individual e cognição social” (PAVEAU, 2013a, p. 130). Isso significa que tais quadros (ou conjuntos de informações de natureza enciclopédica ou estereotípica) encontram-se no ambiente cognitivo dos locutores, ainda que não linguisticamente cristalizados numa forma proposicional: “os pré-discursos não estão arquivados nas máximas ou nos enunciados estereotipados repetíveis, porque são, materialmente, fixados, ao contrário, circulam sob as diversas formas expressas pelos locutores a partir de sua apropriação dos quadros coletivos” (PAVEAU, 2013a, p. 131; grifo nosso). É, portanto, nesse batimento entre coletivo e individual que os pré-discursos ganham “corpo”, ainda que sua presença nos discursos seja “indireta”, donde seu caráter imaterial, como defende Paveau (2013a).

Essa imaterialidade que os define apoia-se no postulado de que os locutores não têm acesso aos seus próprios conhecimentos mentais, “aos parâmetros que lhe permitem estruturar linguisticamente seu conhecimento de mundo” (NYCKEES apud PAVEAU, 2013a, p. 132). Dessa forma, no processo de produção dos discursos, não há consciência, por parte dos sujeitos, dos quadros pré-discursivos, que não são propriamente formuláveis — posto que imateriais — “mas são identificáveis pelos traços de sua presença” (PAVEAU, 2013a, p. 132). Em suma, dizer que é “cognitivo” não significa necessariamente dizer que é consciente. A autora prefere, então, falar em conhecimentos tácitos, e não inconscientes: “tácito no sentido de ‘que não está explícito e que não é destinado a ser’” (PAVEAU, 2013a, p. 132).

Além disso, por serem coletivos, é preciso supor que esses quadros são transmissíveis de alguma forma. Nesse sentido, Paveau (2013a) defende a existência de dois eixos: um eixo horizontal sincrônico e outro vertical diacrônico. Sincronicamente, a questão é da distribuição — no sentido que o

termo tem para a cognição distribuída, isto é, os agentes dos pré-discursos são, além dos sujeitos falantes, toda uma tecnologia discursiva (ferramentas linguísticas, obras arquitetônicas, objetos manufaturados etc.) que participa plenamente da elaboração de saberes e crenças pré-discursivas. Já no eixo diacrônico, nos situamos na transmissão através do tempo e aqui é a memória o principal agente, mas, nessa proposta, “uma memória que não se reduz ao simples armazenamento e desarmazenamento de informações semânticas e enciclopédicas. Trata-se [...] de uma memória cognitivo-discursiva, que constrói linhagens discursivas” (PAVEAU, 2013a, p. 136).

Uma das propriedades mais fortemente atreladas ao quadro da cognição talvez seja a da experiencialidade. Há algumas vertentes da cognição, dentre elas o realismo experiencial de Lakoff & Johnson (2002), que assumem o conhecimento humano como resultando das experiências, especialmente as corpóreas (*embodied mind*). Paveau (2013a, p. 136) tem reservas em relação a essa concepção, na medida em que, para ela, a teoria não considera suficientemente os “parâmetros sociais e, sobretudo, históricos”. Mas, para o que interessa na descrição dos quadros pré-discursivos, ela destaca a importância de assumi-los não como “simples reservatórios semânticos, conteúdos estáticos de saberes e crenças”, mas como “organizadores dinâmicos necessários para a situação do sujeito no tempo e para sua apreensão de novas situações (discursivas)” (PAVEAU, 2013a, p. 137). Nesse sentido, tais quadros são cruciais para a organização e categorização das experiências e percepções de mundo: “nós vemos as coisas a partir do modo como somos preparados para vê-las. Ou melhor, em outras palavras, vemos as coisas nos termos do que já temos como experiência” (SHANK apud PAVEAU, 2013a, p. 137).

Passando à propriedade da intersubjetividade, esta diz respeito ao aspecto de “verdade” dos quadros pré-discursivos, que “acolhem conteúdos cuja verdade é aproximada e relativa” (PAVEAU, 2013a, p. 137). Isso significa que não se trata de avaliar se os quadros mobilizados são ou não “verdadeiros” de um ponto de vista lógico, mas, antes, se seu uso é “pertinente”. Voltando ao exemplo de “É Beirute”, “a questão não é saber se a qualificação Beirute é verdadeira ou não; são a avaliação e a pertinência da denominação com relação aos meus interlocutores e à concepção do discurso na sociedade que importam” (PAVEAU, 2013b, p. 150).

Por fim, a última propriedade dos quadros pré-discursivos coletivos é a discursividade, isto é, eles se manifestam no discurso e são passíveis de análises linguísticas. É preciso lembrar, contudo, que, não tendo um caráter material, como visto antes, os observáveis são, na denominação de Paveau (2013a), apelos aos pré-discursos: “os observáveis são [...] formas languageiras que indicam que se apela aos dados pré-discursivos coletivos e anteriores, destinadas a evocar uma partilha do sentido comunicável por distribuição e transmissível por herança memorial” (PAVEAU, 2013a, p. 141; grifo nosso).

A dimensão cognitiva é fundamental também para explicar onde se localizam os pré-discursos. Se, como vimos, Paveau irá se aproximar da cognição social em sua vertente distribuída, então a noção de cognitivo com a qual ela opera compreende tanto uma faceta mental quanto uma social: os esquemas mentais — parte crucial da composição dos quadros pré-discursivos — “são amplamente o produto das relações com o ambiente e a vida social do

sujeito” (PAVEAU, 2013a, p. 143). A ideia de que “a cabeça também está no mundo” leva a autora a postular que os pré-discursos situam-se “nas relações entre o sujeito e seu ambiente social, cultural, histórico e tecnológico” (PAVEAU, 2013a, p. 142). Nessa perspectiva, os instrumentos têm um papel crucial, na medida em que não apenas constroem conhecimentos, mas também auxiliam na ativação de estratégias cognitivas. A autora usa a expressão ferramentas da tecnologia discursiva (ou, abreviadamente, ferramentas discursivas)

para designar instrumentos materiais ou não, que permitem “trabalhar” e “fabricar” os pré-discursivos, tendo em vista a elaboração dos discursos. Pode-se tratar de ferramentas linguísticas (gramáticas, dicionários, lembretes, listas, guias de conversação, ensaios puristas etc.), de escritos e inscrições de todos os tipos (de etiquetas de escritório às inscrições em monumentos dedicados aos mortos, passando pelas embalagens de alimentos, os convites e os grafites) e de vários outros artefatos como os blocos de nota, as listas, as cadernetas de endereço, as agendas, os calendários etc. Pode-se tratar, também, como aponta B. Conein, de “dados públicos, métodos instrumentados, como todos os artefatos permitem adquirir, armazenar, visualizar uma quantidade de informações que um único indivíduo pode manipular” [...] (PAVEAU, 2013a, p. 146).

Assim, em síntese, a proposta assume os pré-discursos como “operadores de negociação da partilha, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais” (PAVEAU, 2013a, p. 12) presentes não apenas “na cabeça” dos sujeitos, mas também no seu ambiente, por meio das ferramentas discursivas, que, por seu turno, participam de uma memória cognitivo-discursiva, que estoca, armazena, mas também categoriza o mundo.

A partir desse quadro, passo à análise do pequeno corpus (MOIRAND, 2018) reunido e que permite colocar em pauta a circulação de estereótipos do feminino na contemporaneidade.

3 Mulher e política: estereótipos e categorização

Após vencer as eleições para Deputada Federal pelo PSL (Partido Social Liberal), por São Paulo — tendo sido inclusive a segunda candidata mais votada de todo o País, perdendo apenas para Eduardo Bolsonaro, também do PSL —, Joice Hasselmann disse, em entrevista à Folha de S.Paulo, ser “o Bolsonaro de saias”. Em Mato Grosso, a candidata ao Senado Federal pelo mesmo partido, a juíza Selma Arruda, apresentava-se como “Moro de saias”. Intrigada, iniciei uma busca na internet da referida expressão e de algumas possíveis variáveis (“ela é x de saias”, “eu sou x de saias”, “ela é x de saia”, “eu sou x de saia”, “x de saias”, “x de saia”...). No processo, encontrei mais alguns dados:

- No campo esportivo: ela é “o Messi de saias” ou “o Pelé de saias”, em referência à jogadora Marta, da seleção brasileira de futebol ou

“ela é eu de saia, só que bem melhorada”, do lutador Antônio “Pezão” Silva em referência à filha, Anne Ribeiro, também lutadora ;

- No campo artístico: “ela é uma Michael Jackson de saia” , dita por Ivete Sangalo em referência a Beyoncé, cantora norte-americana.

Mas é o campo político que é mais pródigo no uso dessa expressão: “o Iris (Rezende) de saia”, em referência a uma das filhas do político ; “Getúlio Vargas de saia” , “o Suplicy de saias” ou “o Lula de saias” , todas em referência a Marina Silva; “Geddel de saias” , referência à senadora Rose de Freitas; “Hugo Chávez de saia”, em referência à senadora Katia Abreu .

Já a expressão “inversa”, isto é, a referência a um homem como sendo alguma mulher “de calças”, exibiu dois (!) resultados: uma referência a Bolsonaro em “Dilma de calças” , pela dificuldade de diálogo com o Congresso Nacional, e outra a um personagem de um jogo do universo geek (“uma versão de calças da Presea de Tales of Symphonia”). Em ambos os casos as referências são “diminuidoras” do homem, no sentido de que as mulheres (Dilma e Presea) são avaliadas pejorativamente. Ademais, sabemos, como membros da comunidade, que essa expressão é pouquíssimo usual.

Moirand (2018), tratando da questão dos pequenos corpora para a compreensão de fatos da atualidade, traz de volta à cena uma prática que já teria sido mais comum entre os pesquisadores antes da informatização: o hábito de “coleccionar” dados apreendidos em uma caderneta ou em gravadores portáteis durante uma leitura ou uma viagem pessoal, por exemplo. Hoje, os aparelhos de celular auxiliam nesse tipo de prática, milenar segundo ela, dos investigadores da linguagem e da interação. A autora destaca ainda que, se esses pequenos corpora são ainda hoje objeto da atenção dos pesquisadores, mesmo com as facilidades proporcionadas pelos atuais softwares de processamento de dados, que permitem a reunião de grandes corpora, é porque eles permitem descrever formas discursivas raras ou ainda não estabilizadas, refletir sobre os conceitos e noções envolvidos em sua análise, bem como sobre as relações entre a linguagem verbal e o mundo (o ambiente, objetos, atores e suas ações, no sentido de Paveau) (MOIRAND, 2018, p. 1).

O conjunto de dados que aqui apresento é, de certa forma, resultante de um processo semelhante ao descrito por Moirand (2018) — encontramos a expressão no jornal e a partir dela levantamos, com a ajuda de buscadores, outros dados semelhantes — e entendemos que este pode ser uma forma de acesso a pré-discursos mobilizados nos discursos contemporâneos, especialmente no campo político. É preciso dizer ainda que tais dados se inserem num corpus maior, que vem sendo reunido em meu atual projeto de pesquisa . O ponto de partida foi, portanto, a frase destacada (MAINGUENEAU, 2014) “quero ser o Bolsonaro de saias”, presente logo no título da já mencionada entrevista de Hasselmann à Folha de S.Paulo.

As questões postas por esta expressão suscitavam discussões a respeito de certos estereótipos de gênero, isto é, a crenças que se tem sobre como “a maioria das pessoas” vê um homem ou uma mulher típicos (RIDGEWAY, 2009; FISKE, 1998; EAGLY, KARAU, 2002) e disso tratarei no tópico que segue.

3.1 Estereótipos de gênero: entre cognição e discurso

A Psicologia Social tem trabalhos importantes e que são referências para o estudo das questões de gênero, especialmente em relação à circulação de estereótipos nas sociedades. As teses de duas autoras, amplamente citadas por pesquisadores das ciências sociais, Susan Fiske (1998) e Cecília Ridgeway (2009), servirão de suporte para a discussão.

Em primeiro lugar, uma questão fundamental que se apresenta diz respeito a um ponto destacado também por Paveau (2013a): o conhecimento partilhado (*common knowledge*). Ridgeway (2009, p. 147), nesse sentido, sintetiza a discussão, apontando que esse conhecimento é crucial para a vida em sociedade, na medida em que permite às pessoas antecipar formas de comportamento social de si e do outro em contextos situados: trata-se, segundo a autora, de um tipo de conhecimento cultural que presumimos que todos têm. Não são “crenças individuais”, mas crenças culturalmente hegemônicas (RIDGEWAY, 2009) porque (i) institucionalizadas nas representações midiáticas, nas imagens de “homem” e “mulher” implicadas em leis e políticas governamentais, por exemplo, e (ii) os conteúdos dessas crenças, embora apresentem-se como “universais”, são, na verdade, a visão de grupos dominantes da sociedade, cujas influências nas instituições não podem ser ignoradas (RIDGEWAY, 2009, p. 149-150).

O modo como caracterizamos o que é, tipicamente, ser “homem” ou “mulher” em nossa sociedade constitui um dado crucial para guiar nossas interações (FISKE, 2002) e, segundo Ridgeway (2009), é uma de nossas enquadres primários (*primary frames*). Esse tipo de postulado implica que há uma categorização quase instantânea em termos do par homem-mulher. É preciso destacar que os sistemas de categorias culturais são essencialmente simples, de modo que possam ser fácil e rapidamente aplicáveis a praticamente qualquer pessoa para que o processo de definição de si e do outro possa ser iniciado (RIDGEWAY, 2009). As categorias primárias — que a cognição social tem demonstrado em diversos estudos serem poucas, em torno de três — definem o que uma pessoa numa dada sociedade deve saber sobre os demais para apreendê-los de maneira significativa ao estabelecer relações (RIDGEWAY, 2009, p. 147-148). Segundo a autora, nos Estados Unidos, além de gênero, são também enquadres primários raça e idade.

Desde o seu emprego feito por Lippmann ([1922]2008), a noção de estereótipo seguiu um caminho bastante produtivo em diversas disciplinas das ciências sociais. Amossy e Pierrot (2005, p. 32) destacam a concepção daquele autor presente em *Opinião Pública: representações cristalizadas, esquemas culturais preexistentes a partir dos quais cada um filtra a realidade a seu redor*.

Essas representações são, para Lippmann, fictícias, não por serem errôneas ou mentirosas, mas por serem esquemas que medeiam as relações humanas com o mundo. Uma abordagem desse tipo é também considerada produtiva por Paveau (2013a), que irá, na esteira de Amossy (1991), conceber os estereótipos a partir da ideia de enquadres e esquemas mentais, resultantes, portanto, de uma construção de leitura, que “faz intervir a atividade mental do sujeito (‘instrumento indispensável para a cognição, que permite a categorização, a generalização e a previsão’)” (PAVEAU, 2013a, p. 61).

Os estereótipos encontram-se bastante próximos da ideia de representação social. Amossy & Pierrot (2005, p. 55-56) consideram que, embora os estudos sobre estereótipos e representações sociais acabem coincidindo muitas vezes, a noção de estereótipo é mais “marcada” nos usos, assumindo muitas vezes uma conotação pejorativa, ao passo que a de representação social não teria semelhante desvantagem. De nossa parte, a partir do quadro proposto por Paveau (2013a), consideramos que os estereótipos de gênero, na definição apresentada anteriormente, teriam funcionamento semelhante ao das representações sociais, que, de modo geral, serão consideradas como um elemento dos quadros pré-discursivos:

Defino então a representação como uma entidade cognitiva (a representação é um organizador mental) que fornece ao indivíduo um modo de ser em sociedade (a representação é uma forma de conhecimento do mundo) construído ou ativado no discurso (a representação é formulada discursivamente, de maneira implícita ou explícita). (PAVEAU, 2013a, p. 59).

Ridgeway (2009, p. 148-149) afirma, nesse sentido, que esses estereótipos são conhecimentos culturais, independentes das crenças pessoais dos indivíduos. Segundo a autora, por se tratar de um conhecimento que se crê compartilhado entre “a maioria das pessoas”, esperamos ser “julgados” pelos outros a partir dele e, conseqüentemente, há que ser levado em consideração pelas pessoas em geral (RIDGEWAY, 2009).

Nessa articulação entre discurso e cognição, será preciso, nas análises, demonstrar o modo como a expressão em tela indicia a presença de quadros pré-discursivos coletivos que, em boa medida, constroem e sustentam certos lugares sociais “típicos” para as mulheres.

3.2 “O Bolsonaro de saias”: pré-discurso e memória

Paveau (2013a) chama de organizadores textual-cognitivos as “formas cujo funcionamento se situa no meio do caminho entre a elaboração mental e a construção textual” (PAVEAU, 2013a, p. 211). Entre essas formas, encontra-se a metáfora, que, em suas palavras,

[...] é um verdadeiro organizador do discurso em todos os seus níveis de elaboração: “organizador psíquico” (KAËS, 2000 [1976]) que apela aos esquemas partilhados, organizador cognitivo que molda conhecimentos e crenças, organizador discursivo que implementa culturas de época e de comunidades, e, enfim, organizador textual que mobiliza processos de encadeamento transparafrástico. (PAVEAU, 2013a, p. 221).

A autora apoia-se essencialmente na noção de metáfora da semântica cognitiva de Lakoff & Johnson (2002), que, em termos gerais, consiste em conhecer e experienciar uma coisa em termos de outra. O clássico exemplo é o da metáfora conceitual O AMOR É UMA VIAGEM (LOVE IS A JOURNEY), que está na base tanto da produção quanto da interpretação de construções do tipo: “Seguiram caminhos separados”.

Da perspectiva de Paveau (2013a, p. 223), “a metáfora propõe um quadro representacional disponível, no qual o locutor apela a uma reserva pré-discursiva”, mas, é preciso ter cuidado, pois ela “não constitui somente um quadro, no qual se inscreve um conteúdo de saber ou de crença: ela mesma constitui o saber e valida as asserções” (p. 225; grifo nosso).

No caso da expressão sob análise, que optamos por notar ELA É (UM) [Np masculino] DE SAIA(S), não se está diante de um exemplo clássico de metáfora, mesmo porque há também aí uma estrutura metonímica, em que um objeto SAIA representa o feminino e há, além disso, a presença do nome próprio (Np) masculino — que funciona como lugar de memória (PAVEAU, 2013a, 2013b) —, elemento que não pode ser mitigado. Como observa Paveau,

Os Np possuem um grande poder de organização mental e cultural, ordenando as referências dos grupos no centro do qual eles circulam e constituindo verdadeiros pilares culturais que permitem a transmissão da memória e da escrita da história do grupo compreendida em suas dimensões lendárias. (PAVEAU, 2013a, p. 193).

Em alguns recortes apresentados anteriormente a título de exemplos do uso da expressão estavam: Michael Jackson, Getúlio Vargas, Pelé, Messi etc. Ou seja, são figuras masculinas absolutamente emblemáticas seja na música, no futebol ou na política. Mais que isso: de uma perspectiva cognitiva, esses nomes se tornam significantes que agregam “traços”, tornando-se, assim, um “valor de referência”. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Assumimos, então, o dado em questão como uma metáfora, na medida em que ele estrutura uma coisa em termos de outra. E o modo como essa estruturação se estabelece não é irrelevante.

Uma das questões mais debatidas no interior dos movimentos feministas é a dualidade entre o espaço público e o espaço privado, que, historicamente, relega a mulher ao espaço privado, enquanto a esfera pública é quase destinada ao homem. Biroli (2014), por outro lado, chama a atenção para as contribuições dos movimentos feministas para um questionamento crítico dessa dualidade, que permite, afinal, “expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens — contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias” (BIROLI, 2014, p. 31). No cenário brasileiro, porém, Biroli & Miguel apontam que

A eleição de uma mulher para a Presidência da República em 2010 tem efeito simbólico — ainda que não exista, por ora, qualquer avanço específico na agenda feminista que tenha derivado dela. O percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados permanece inferior a 10%. Na política local, a situação não é melhor — as mulheres ocupam cerca de 12% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores e não ultrapassam os 10% no cargo de prefeitas. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 12).

Isso tudo sem falar do golpe de 2016, que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, marcado profundamente pela circulação de discursos misóginos, como mostram, por exemplo, Possenti (2018) e Silva (2019).

Em linhas gerais, a presença reduzida da mulher no espaço público político em nossa sociedade gera consequências em termos de quadros pré-discursivos coletivos. É preciso reiterar: a metáfora — um dos elementos que

apela aos pré-discursos — “não constitui somente um quadro, no qual se inscreve um conteúdo de saber ou de crença: ela mesma constitui o saber e valida as asserções” (PAVEAU, 2013a, p. 225) e, ademais, se ela “permite colocar um saber em termos conhecidos e reconhecidos pelo enunciador, [é] porque esses termos remetem, justamente, a um sentido pré-instalado” (p. 226). Se, por um lado, Joice Hasselmann e Selma Arruda são “iniciantes” na política, o mesmo não se pode dizer de Marina Silva, cuja trajetória deveria habilitá-la a ser mais que Getúlio Vargas ou Lula “de saias”. Como sabemos, mesmo nos termos de uma Análise do Discurso “clássica”, a forma como um discurso constrói as referências, os objetos de que fala, não é indiferente. Em termos cognitivos, é preciso assinalar o fato de que, especialmente na política, as figuras femininas são frequentemente construídas apelando-se a quadros que não as “preveem” ali, efetivamente.

Tomarei aqui dois dos dados reunidos para esmiuçar um aspecto crucial sobre o qual falei rapidamente acima: o funcionamento do Np. Para tanto, introduzo um recorte de outra entrevista em que a expressão “Bolsonaro de saias” é retomada para se referir a Joice Hasselmann, que, aliás, faz uma correção:

MC [Marie Claire]. Quero falar de uma entrevista que você deu à Folha de S. Paulo assim que foi eleita em que disse: “Quero ser o Bolsonaro de saias”.

JH [Joice Hasselmann]. A aspa não era bem essa. Era: sou o Bolsonaro de saias. A gente tem uma cabeça muito parecida. Na questão de força, de enfrentar a corrupção e mudar o Brasil. A maior qualidade do Bolsonaro é ser um ícone. Hoje ele é alguém que representa a chave da mudança. Também sou isso (Grifo nosso).

Bolsonaro deixa de ser, portanto, um “ser no mundo” (não o candidato ou o Presidente da República) para se tornar um enquadre cognitivo que representa, como diz Paveau (2013b), “a melhor referência no contexto”, reunindo traços como força, ética e mudança. É preciso lembrar que não se trata de ser ou não “verdadeiro”, como estabelece a propriedade da intersubjetividade dos quadros pré-discursivos.

A mesma análise vale para o Np em “Moro de saias”: Moro já não é mais Sérgio Moro, juiz que ganhou fama durante a Operação Lava-Jato, mas a “ideia” de justiceiro, de alguém destemido, que prende poderosos, que luta contra a corrupção. A juíza Selma Arruda apela, em sua campanha a esse quadro partilhado amplamente pelos eleitores naquele período, dada sua distribuição (no sentido cognitivo), por exemplo, nos meios de comunicação. Vejamos um excerto de uma matéria:

7ª vara criminal era liderada por Selma Arruda, uma juíza que, de tanto condenar com mão pesada políticos locais, se tornou popular ao ponto de concorrer a uma vaga no Senado Federal. Os “marqueteiros” de campanha não hesitaram no epíteto: “Moro de saias”, numa alusão, considerada machista mas de efeito publicitário garantido, a Sérgio Moro, o juiz que liderou a Operação Lava Jato e

chegou a ministro da justiça e da segurança no governo de Jair Bolsonaro.

E Selma venceu mesmo a corrida ao Senado - vinculada ao Partido Social Liberal (PSL), o mesmo de Jair Bolsonaro, vencedor, naquele sufrágio, da eleição para presidente da República, foi a mais votada do Mato Grosso. Contribuíram decisivamente para o sucesso da eleição da magistrada de 57 anos, o discurso de campanha, cheio de referências à luta dela contra a corrupção, o aparato mediático de nove seguranças pessoais em seu redor, por causa das supostas ameaças de morte que recebia dos poderosos que mandou para a cadeia, a tal alcunha "Moro de saias" e as generosas contribuições de apoiantes, incluindo do seu suplente, o fazendeiro Gilberto Possamai. (Grifo nosso).

É possível destacar acima os elementos que recuperam os traços que aderem ao significante “Moro” no contexto: condenação de poderosos, anti-corrupção, justiça.

Por fim, apresento um último excerto do *corpus*, em que Joice Hasselmann fala sobre a participação ainda pequena da mulher na política nos seguintes termos:

Quero trabalhar com as mulheres porque foram sempre meio que relegadas nesse meio. Especialmente as que entraram por causa de um sobrenome e não porque queriam. Mas veja, ficamos à margem da política porque quisemos. Mulherada diz que política é um lugar muito sujo - e é realmente. A gente precisa entrar para limpar. (Grifo nosso).

O trecho grifado também apresenta a política como um lugar “sujo”. O papel da “limpeza” caberia, segundo ela, à “mulherada”. O apelo aos quadros de crenças, saberes e práticas que coloca a mulher (de volta?) ao espaço privado, doméstico apresenta-se novamente. Assim, a entrada da mulher nesse espaço público é, afinal, o reforço dos estereótipos de gênero: mulheres até entram para a política, mas para fazer “limpeza” — e não política.

A metáfora em torno da qual iniciamos o processo de coleta desse pequeno corpus estrutura o modo como se compreende o papel de mulheres e homens na sociedade. Os Np que integram a estrutura da expressão estabelecem as filiações discursivas, e eles serão, nesse contexto, sempre masculinos. A presença da mulher na política, no Brasil, ainda é construída em termos comparativos com o homem, reforçando, como vimos, estereótipos de gênero, assumidos aqui como traços dos quadros pré-discursivos coletivos. Vale insistir que a metáfora “não funciona somente sob o modo de analogia, mas constrói o mundo no discurso” (PAVEAU, 2013a, p. 114).

4 Conclusão

Paveau (2013a) defende que os sujeitos (ou locutores) dispõem de um conjunto de informações “prévias”, anteriores à transposição em linguagem

(em uma dada enunciação — e não de maneira absoluta), tratadas e estocadas, que informam os discursos produzidos. Essas informações são “de natureza enciclopédica ou estereotípica” (PAVEAU, 2013a, p. 20). Assim, a noção de memória para a autora passa a ser compreendida como tendo uma dimensão discursiva e também uma dimensão cognitiva:

Isso implica renunciar às imagens estereotipadas da memória, como simples armazenamento ou dicionário, para torná-la um agente ativo na produção de discursos. Se ela registra ou “acumula” efetivamente os sentidos, a memória cognitivo-discursiva também elabora e constrói os sentidos, principalmente pela operação de categorização. (PAVEAU, 2013a, p. 114).

Além disso, essa memória não está apenas “na cabeça” dos indivíduos, mas distribuída no ambiente (natural, social e mesmo tecnológico dos sujeitos). Os pré-discursos são, assim, lugares memoriais de discurso (PAVEAU, 2013a, p. 127) que não se limitam à cognição humana: estão nos dicionários, blocos de notas, placas de rua, estruturas arquitetônicas, monumentos etc.

Aqui apresentamos um recorte pequeno, porém bastante representativo, de certos quadros pré-discursivos que informam discursos em que se tematiza a presença da mulher na política nacional. As análises mostram que a política ainda é um espaço essencialmente masculino, a tal ponto de as mulheres que ali adentram serem insistentemente comparadas a figuras masculinas, cujos nomes próprios significam, como se viu, quadros de referência de valores no interior dos discursos.

Finalizando, evoco as palavras de Ridgeway (2009), que aponta didaticamente que, “como um sistema de crenças que privilegia homens em detrimento de mulheres, [o gênero como enquadre primário] dá à maior parte dos homens e a algumas mulheres que se beneficiam da dominância masculina um interesse em referendar e manter tal sistema” (RIDGEWAY, 2009, p. 149; tradução minha). As palavras de Hasselmann destacadas abaixo são, nesse sentido, exemplares:

O feminismo tem uma pauta reducionista que alcança um tantinho de mulher. Critico a vitimização do feminismo, critico isso de mulher contra homem, homem contra mulher. É um saco. Compartimentar é um saco. Mulher não tem que ser maior do que homem. Ela tem que ser o que é. Se ela quer ser dona de casa, qual é o problema? E acho caricato isso de vai pra rua e mostra os peitos. Não representa o que a mulher quer. Se representasse você teria uma feminista eleita com a maior votação da história e não uma mulher de direita que respeita os espaços do homem e da mulher. Quero encabeçar o movimento feminino no Brasil. (Grifo nosso).

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y clichés**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 2005.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-46.

- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- EAGLY, Alice H.; KARAU, Stephen J. Role congruity theory of prejudice towards female leaders. **Psychological Review**, n. 109, p. 573-579, 2002.
- FISKE, Susan T. Stereotyping, prejudice, and discrimination. In: GILBERT, D. T.; FISKE, S. T.; LINDZEY, G. **The hand book of social psychology**. v. 2. Boston: McGraw-Hill, 1998.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras / EDUC, 2002. Edição original: 1980.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008. Edição original: 1922.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem Texto**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- MOIRAND, Sophie. **L'apport de petits corpus à la compréhension des faits d'actualité**. Corpus, n.18, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpus/3519> . Acesso em 19 Abr. 2019.
- PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Campinas: Pontes Editores, 2013a.
- PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. Tradução: Jocilene Santana Prado e Eduardo Lopes Pires. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 5, p. 137-161, dez. 2013b. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/issue/view/49> . Acesso em 20 Ago. 2020.
- POSSENTI, Sírio. O dado dado e o dado dado. In: _____. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002, p. 27-36.
- POSSENTI, Sírio. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. **Discurso & Sociedad**, Vol.12(3), 2018, p. 581-593.
- RIDGEWAY, Cecilia. Framed before we know it: how gender shapes social relations. **Gender & Society**, v. 23, n. 2, abr. 2009, p. 145-160.
- SILVA, Perla Haydee da. **De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

Recebido em 2 de setembro de 2020.

Aceito em 25 de setembro de 2020.

Publicado em 30 novembro de 2020.

SOBRE A AUTORA

Ana Carolina Vilela-Ardenghi é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2014) e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). É professora do curso de Letras e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, interessando-se, especialmente, por temas relacionados à circulação de representações do feminino nos discursos.

E-mail: vilela.ardenghi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0269-2990>